

O VALOR DE VERDADE NA INSTÂNCIA ENUNCIATIVA: A CRENÇA E O SABER ENQUANTO CONSTITUINTES DA MODALIDADE EPISTÊMICA

José Mágnio de Sousa Vieira (UESPI)¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as marcas enunciativas identificadoras dos elementos linguísticos enunciadorees constituintes da modalidade epistêmica em dois textos: um jornalístico e um posicionamento público. Para tanto, entende-se que os constituintes de um enunciado modalmente epistêmico direcionam intenções de crença e saber em um nível enunciativo. Como pressupostos teóricos este trabalho ancora-se em teóricos como Neves (2012); Campos (1997) e Cervoni (1989) dentre outros. O *corpus* é apresentado em forma de cinco enunciados ou sequências de enunciados de cada um dos dois textos analisados totalizando dez escopos evidenciadores dos usos epistêmicos que os circundam. Os resultados indicam que a crença e o saber manifestos enunciativamente no texto analisado evidenciam a modalidade epistêmica do *corpus*, bem como sua constituição imbricada naquilo que o falante tem como crença e tenta passar para seu interlocutor como verdade evidente através dos enunciados que profere.

Palavras-chave: Modalidade epistêmica. Crença. Saber. Verdade. Enunciado.

Abstract: The objective of this research is to analyze the enunciative identifying marks of the enunciating linguistic elements constituting the epistemic modality in two texts: a journalistic and a public positioning. The constituents of a modally epistemic enunciated direct intentions of belief and knowledge on an enunciative level. As theoretical presuppositions this research is anchored in theorists such as Neves (2012); Campos (1997) and Cervoni (1989) among others. The *corpus* is presented in the form of five enunciated or sequences of enunciated from each of the two texts analyzed, totalizing ten scopes evidencing the epistemic uses that surround them. The results indicate that the belief and knowledge manifested enunciatively in the analyzed text evidences the epistemic modality of the *corpus*, as well as its constitution imbricated in what the speaker has as a belief and tries to pass to his interlocutor as evident truth through the enunciated that he utters.

Keywords: Epistemic mode. Belief. To know. Truth. Enunciated.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma análise da modalidade epistêmica nos textos *Querem educação da Finlândia com orçamento do Sudão, diz secretária* e *Posicionamento Público - Uma pátria educadora deve tirar o PNE do papel: os primeiros prazos do plano já estão sendo descumpridos*, publicados respectivamente em 19 e 22 de junho de 2015 nos sites uol.com.br e undime.org.br. O valor modal

¹ Professor substituto da UESPI. Mestre em Letras pela UFPI. E-mail: magnoreute@bol.com.br

que se pretende focar neste estudo é a modalidade epistêmica, relacionada a valores de reforço de validação enunciativa presente nos enunciados do *corpus* analisado. A modalidade é identificada nos traços linguísticos manifestos materialmente nos enunciados (NEVES, 2012).

O *corpus* apresentado e analisado proporciona um excelente recurso de dados. Trata-se de uma notícia e de um posicionamento público, cujo caráter de comprometimento com uma dada verdade mostra-se e marca-se de modo bastante evidente.

Como pressupostos teóricos este trabalho embasa-se em autores como Neves (2012), Campos (1997), Cervoni (1989), Guiradelli e Santos (2010), Costa (2009) e Dall'Aglio-Hattne (1996). Os dados gerados pelo *corpus* são entendidos como marcadores que evidenciam a modalidade epistêmica. Na análise foram selecionados enunciados com características epistêmicas que marcassem lexicalmente o caráter de reforço da validação dos enunciados. Os resultados apontam para a presença marcante da modalidade epistêmica no texto analisado.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A modalidade pode ser definida didaticamente enquanto ponto de vista do sujeito falante sobre um dito ou conteúdo proposicional sendo constitutiva da significação fundamental (CERVONI, 1989). Neste trabalho apresentaremos as tipologias modais apreciativa, deôntica e epistêmica, direcionando a atenção para esta última em virtude dos propósitos desta análise serem identifica-la no *corpus* analisado.

A modalidade apreciativa: “se refere à atribuição, por parte do enunciador, sem juízo de valor em relação ao estado de coisas expresso pela relação predicativa” (NEVES, 2009 apud NEVES 2012). Esta autora também entende a modalidade epistêmica enquanto dependente daquilo que o falante sabe sobre o mundo e só assim tal modalidade pode ser possível e, parafraseando Ilari e Basso (2008), apregoa também que a noção de verdade deixa de ser absoluta para ser necessária e possível.

A modalidade deôntica está relacionada a normas e por conta disso acaba se materializando linguisticamente em enunciados que expressivamente apresentam

um caráter de obrigação, proibição etc. Ao que parece a modalidade deôntica é manifestada enunciativamente de modo impositivo indicando tanto obrigação quanto inclinação.

A modalidade epistêmica caracteriza-se pela validação enunciativa e a interrogação retórica. Nesta modalidade o falante se distancia do valor de verdade que seu enunciado possa ter, pois, tal valor deve ser validado pela própria enunciação através de elementos linguísticos como os léxicos. Tal validação da assertiva proposicional nesta modalidade sofre gradações verificadas linguisticamente.

Segundo Cervoni (1989) o termo epistêmico vem do grego e significa conhecimento. Este autor afirma ainda que a modalidade (CERVONI, 1989, p. 61): “... é uma determinação que concerne à verdade da proposição que ela afeta... o linguista deve sempre dar a máxima atenção à morfologia, à sintaxe e ao léxico, enquanto o lógico não está preso a esta obrigação.” Este pensamento de Cervoni permite-nos direcionar a atenção para a modalidade epistêmica, tendo em vista que dentre as apresentadas esta é a que mais se embasa na noção de verdade enquanto premissa a ser alcançada.

Segundo (GUIRADELLI e SANTOS 2010, p. 50): “A modalidade epistêmica, assentada no eixo do saber, do conhecimento, expressa a avaliação do falante sobre a probabilidade de ocorrência de um estado-de-coisas, situada em um contínuo que vai do certo até o possível”. Para essas autoras tal modalidade pertence ao nível da predicação, nela o falante não se responsabiliza pelo valor de verdade de seu enunciado, mas assume comprometimento com o que manifesta em seu enunciado utilizando-se de meios linguísticos, como os lexicais para descrever e avaliar a realidade. A categoria gramatical que será objeto desta pesquisa é a dos verbos, identificados na modalidade epistêmica.

Dall'Aglio-Hattnhe (1996) defende que quando o falante situa a qualificação epistêmica no nível da predicação, se furta à responsabilidade sobre o valor de verdade de seu enunciado e quando situa a qualificação epistêmica no nível da proposição, assume o seu enunciado em diferentes graus. Isto significa que o comprometimento do falante com relação ao enunciado que profere é mediado por ele, falante que, quando deseja engajar-se menos ao conteúdo que profere

aproxima sua construção enunciativa do nível da predicação, ou seja, a própria materialidade linguística por si só evidencia um valor de verdade. Entretanto, quando o falante opta por um maior comprometimento do que profere, assume-se mais mesclando-se em seu dizer, ele tende a construir seu enunciado mais voltado para o nível proposicional.

Ao tratar do comprometimento do falante quanto ao enunciado, Dall'Aglio-Hattne (1996) afirma que ele pode escolher entre duas instâncias da modalidade epistêmica. Na primeira, situada na predicação, ele se utiliza de meios linguísticos para fornecer a seu co-enunciador a descrição de um enunciado, assim a descrição cumpre o papel de apenas dá a descrição daquilo que o falante tem como provável ou possível. Na segunda ele situa-se na proposição, o falante utiliza os meios linguísticos para expressar sua atitude quanto ao seu ato de fala.

2. CORPUS, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta análise considera constituintes da modalidade epistêmica os elementos linguísticos que apregoam a si dentro do enunciado o valor de crença e de saber sem se ater às diferenças entre eles, mas no modo como eles constituem a modalidade em apreço. Foca-se desta forma na gradatividade de certeza e crença ou não sobre uma assertiva. Sobre a probabilidade daquilo proferido linguisticamente ser realizável no mundo real. Para verificar esta hipótese esta investigação atenta para o grau de comprometimento do falante sobre aquilo que enuncia. Sendo a modalidade epistêmica relacionada à crença e ao saber, estes valores se sobressaem aos fatos noticiados nos textos a seguir. O valor epistêmico das sequências enunciativas, conforme os dados indicam apontam para a probabilidade ou não de um fato ocorrer, pendendo ou para a crença ou para o saber, formando assim o valor de verdade característico da modalidade epistêmica.

A seguir apresentamos os textos que constituem o *corpus* cujos dados foram extraídos para a análise em apresso. Logo depois já são expostas os enunciados em seus escopos retirados dos dois textos acompanhados da análise e discussão dos dados gerados. Os termos linguísticos que funcionam enunciativamente como

indicadores da modalidade epistêmica aparecem ora em negrito, ora sublinhado, ora das duas formas, para melhor identificação daquilo que é descrito na análise.

<p>TEXTO 1 – Uol Mariana Tokarnia 19/06/2015 13h50</p> <p>Querem educação da Finlândia com orçamento do Sudão, diz secretária²</p> <p>Municípios pedem que o Sistema Nacional de Educação (SNE) dê condições para que consigam cumprir as suas obrigações com a educação. Um das questões centrais que deve ser garantida, segundo a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho, é o financiamento. "Gostaríamos de oferecer para vocês muito, mas precisamos fazer muita coisa ao mesmo tempo com o mesmo dinheiro. As pessoas querem educação da Finlândia com o orçamento do Sudão", diz a presidente, em debate sobre o SNE no 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Ela também é secretária de Educação de São Bernardo. O SNE é tema do encontro, que discute o papel dos dirigentes municipais na implementação do sistema. O SNE está previsto em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE) e deve ser instituído no ano que vem.</p>	<p>TEXTO 2 – Undime 22/06/15 13h32</p> <p>Posicionamento Público - Uma pátria educadora deve tirar o PNE do papel: os primeiros prazos do plano já estão sendo descumpridos³</p> <p>Ontem, 21/06, a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação deu início à Semana de Ação Mundial (SAM) 2015, que ocorre entre 21 e 27 de junho, com centenas de atividades por todo o Brasil. O tema central da atividade brasileira é o primeiro ano de vigência do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Por meio da Lei nº 13.005 de 2014, o PNE estabelece 20 metas educacionais para o Brasil cumprir nos próximos nove anos.</p> <p>Sancionado sem vetos em 25 de junho de 2014, o PNE ainda não saiu do papel. Na prática, após um ano de vigência da Lei, nenhum dispositivo do plano foi satisfatoriamente cumprido – em que pesem os esforços e as cobranças da sociedade civil, dos trabalhadores em educação, estudantes, familiares, conselheiros e gestores educacionais. Tampouco estão sendo devidamente tratados os dispositivos que encerram seu prazo no ano vindouro (2016), como é o caso do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e mesmo do Sistema Nacional de Educação (SNE).</p> <p>A situação é inquietante. Preocupados com a baixa</p>
---	---

² Adaptado de: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/06/19/querem-educacao-da-finlandia-com-orcamento-do-sudao-diz-secretaria.htm>. Acesso em: 19/06/2015.

³ Adaptado de: <http://undime.org.br/noticia/posicionamento-publico-uma-patria-educadora-deve-tirar-o-pne-do-papel-os-primeiros-prazos-do-plano-ja-estao-sendo-descumpridos>. Acesso em: 26/06/2015

O sistema vai definir a articulação entre União, estados e municípios para garantir uma educação de qualidade em todo o país. Envolve definição de padrões mínimos de qualidade e também como se dará a complementação do orçamento para que isso seja possível. Cleuza Repulho defende um sistema que consiga tratar da diversidade, respeitando a autonomia dos entes federados e dos sistemas de ensino. Para ela, é nos municípios que estão as maiores fragilidades. "É nos municípios que as pessoas vivem, todo mundo mora na cidade, todo mundo paga muito, e mesmo assim não dá para fazer muito com o dinheiro da creche", diz. Dados de 2014 obtidos pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que a União contribui com 18%, os estados, com 40%, e os municípios, com 42% do investimento direto em educação. Uma das grandes dificuldades é o pagamento do piso salarial dos professores, o que leva os docentes a greves em várias cidades. O piso é ajustado anualmente e, este ano, está em R\$ 1.917,78. Não há um levantamento de quantos municípios conseguem pagar o piso, mas muitos comprometem quase todos os recursos que recebem para pagar esses profissionais. No âmbito dos estados, também há dificuldade em

capacidade governamental de executar o PNE, representantes do Ministério da Educação têm divulgado nas últimas semanas que o Governo Federal lançará uma série de medidas no próximo dia 24 de junho – dia em que vence o primeiro ano do plano. Basicamente, elas se resumem à criação de comissões e distribuição de documentos conceituais que congregam propostas. Embora sejam medidas necessárias, são gravemente tardias. Além do fato de que deveriam ter sido lançadas antes, concretamente, os prazos serão protelados e descumpridos. Lamentavelmente, a qualidade de implementação do PNE é muito baixa.

É preciso ficar claro que regulamentar e cumprir dispositivos de uma Lei, especialmente de um plano, não pode ser uma tarefa burocrática, circunscrita a gabinetes e reuniões entre pares, quando muito ampliadas com a participação de alguns atores. Tampouco o PNE estabelece tarefas pontuais que se encerram em si mesmas. Pelo contrário, elas dependem de articulação política e legitimidade social, já que o que está em jogo são milhões de brasileiros e brasileiras que estão fora da escola, além de outros milhões que aprendem muito aquém do esperado em escolas de educação básica e instituições de ensino superior públicas e privadas.

Ademais, é preciso que se compreenda que toda e qualquer medida do PNE – seja uma meta, estratégia ou demanda definida nos artigos da Lei – depende da realização de outra. É uma Lei totalmente encadeada, que precisa ser cumprida degrau a degrau. Ou seja, o sucesso do Plano Nacional de Educação depende da implementação satisfatória de cada um de seus dispositivos.

Em 24 de junho de 2015 encerram-se os prazos para os seguintes dispositivos:

...

cumprir o piso. "Evidente quando se fala de piso salarial, não conheço nenhum secretário que seja contra o piso. Isso está cravado em lei. Se trata de ter papéis mais claros de cada ente federado", diz o vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Osvaldo Barreto. "Têm municípios que conseguem pagar, a gente sabe porque acessa as contas, e tem município que, claro, precisa de dinheiro. Precisamos de uma solução para cada região, a construção de uma política nacional com base no piso. E só vai ter eficácia se houver aporte do governo federal para estados e municípios", defende o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão. O Ministério da Educação (MEC) divulgou um texto-base para a discussão do SNE, que deve, após ser debatido e detalhado, ser encaminhado ao Congresso Nacional para que se torne lei. O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, alerta para o prazo, que termina em meados do ano que vem, com dois anos de vigência do PNE. Para maior agilidade e eficiência no debate, pede o envolvimento de organizações, principalmente do Fórum Nacional de Educação (FNE), que reúne 50 entidades representantes da sociedade civil e do Poder Público. "Dentro dos nossos ambientes já existe uma série de acordos

- Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (Meta 9).

- Política nacional de formação dos profissionais da educação (Meta 15).

...

- Aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional (Estratégia 11 da meta 20).

Qualquer avaliação sincera concluirá que muito pouco foi feito, embora a pressão social, e praticamente nada foi adequadamente debatido. Mesmo no caso de dispositivos em que houve avanço, não é possível dizer que foram ou serão cumpridos nesses últimos dias que antecedem o aniversário do PNE.

A rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com reconhecida e decisiva contribuição na tramitação do plano no Congresso Nacional e dos planos de educação de estados e municípios – por meio de seus comitês regionais –, reafirma sua disposição em colaborar na definição de caminhos para o cumprimento integral e qualificado do PNE. Em nome da consagração do direito à educação no Brasil, o compromisso com o sucesso desta Lei deve ser a preocupação de todos. E é uma prioridade para a rede da Campanha.

Uma pátria educadora não pode descuidar do cumprimento de uma das principais leis da educação nacional, como é o caso do PNE. Nem deve tergiversar sobre ela. Nesse sentido, a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação manifesta seu total desacordo com o ajuste fiscal em curso, que além de prejudicar direitos trabalhistas, tem sido responsável por corriqueiros cortes no orçamento do Ministério da Educação. Uma pátria educadora não pode inviabilizar sua principal prioridade manifesta: a educação de seu povo.

Todos governantes devem compreender que a cobrança

estabelecidos. O MEC pode utilizar mais o FNE como esfera para construção de acordos mais ágil", diz. O Fórum da Undime começou na terça-feira (16) e termina hoje (19). Participam 1.687 representantes de 1.067 municípios.

da sociedade, junto com sua vontade em participar das soluções, são fatores imprescindíveis para o sucesso de todas as leis e das políticas públicas em um regime verdadeiramente democrático. Não é e nem será diferente com o PNE.

Que a SAM-2015 seja vibrante e consiga evidenciar que o Plano Nacional de Educação precisa sair do papel! E para isso seja possível, é preciso compreendê-lo como um patrimônio da sociedade brasileira, não como uma tarefa considerada onerosa para os governantes, a ser deliberado no interior dos gabinetes. A sociedade quer assumir sua parte, quer apresentar soluções. Também é imprescindível rever o ajuste fiscal, que penaliza os trabalhadores e coloca em risco a consagração dos direitos sociais, em especial do direito à educação.

Para efeito de norteamento desta pesquisa os dados analisados são associados às principais inferências feitas no que refere à modalidade epistêmica, tais como: a probabilidade, a certeza, a crença e a evidência que pelo modo em que se manifestam enunciativamente se tornam em valores de verdade. Desta forma, a modalidade epistêmica está muito mais próxima daquilo em que o falante acredita do que daquilo que seja realmente um fato, ou seja, a crença sobressai-se ao fato em virtude da necessidade que existe de o falante crer no que é dito.

Apresentam-se a seguir cinco enunciados (doravante EC), oriundos do Texto 1, que evidenciam uma característica do enunciador em trazer as vozes de outros enunciadores para configurar sua fala.

[EC 1> Gostaríamos de oferecer para vocês muito, mas precisamos fazer muita coisa ao mesmo tempo com o mesmo dinheiro. As pessoas **querem** educação da Finlândia com o orçamento do Sudão];

[EC 2> É nos municípios que as pessoas vivem, todo mundo mora na cidade, todo mundo paga muito, e mesmo assim não dá para fazer muito com o dinheiro da creche];

[EC 3> Evidente quando se fala de piso salarial, não conheço nenhum secretário que seja contra o piso. Isso está cravado em lei. **Se trata de ter** papéis mais claros de cada ente federado];

[EC 4> Têm municípios que **conseguem pagar**, a gente sabe porque acessa as contas, e tem município que, claro, **precisa** de dinheiro. Precisamos de uma solução para cada região, a construção de uma política nacional com base no piso. E só **vai ter** eficácia **se houver** aporte do governo federal para estados e municípios];

[EC 5> Dentro dos nossos ambientes **já existe** uma série de acordos estabelecidos. O MEC **pode utilizar** mais o FNE como esfera para construção de acordos mais ágil].

Estes enunciados evidenciam a tendência do enunciador, de se distanciar do que está explícito no enunciado por meio da presença das falas de outros enunciadores para sua fala, se distanciando enquanto falante do valor de verdade. A validação enunciativa, é dada pela própria enunciação, pelo próprio ato de ser inserida na fala do enunciador 1 a fala de outro enunciador, ligado ao discurso para validar a proposição não necessariamente atribuir-lhe um valor de verdade. Vê-se nestes enunciados, alheios ao enunciador o caráter de evidência, não pela sua fala, mas pela dos outros enunciadores que traz para seu ato/cena de enunciação. Estes enunciados apresentam uma crença advinda do saber caracterizada pelo acréscimo de informações com as quais o enunciador intenciona validar pelo enunciado o que já foi afirmado.

Nestes enunciados observa-se que, como afirma Dall'Aglio-Hattne, o falante utiliza-se de meios linguísticos mais para descrever o enunciado, o grau de comprometimento do falante nestes enunciados não é manifestado enunciativamente. Os meios linguísticos são usados para descrever o enunciado. A fala é de outros enunciadores, o falante apenas as apresenta e o faz de modo a distanciá-las do ato enunciativo. O falante nem dá como certo, provável ou possível, mas também não diz o contrário, contenta-se em expor os fatos.

Interessante notar o distanciamento do falante em relação às falas por ele trazidas ao seu enunciado. Os termos que seguem EC 1, EC 2, EC 3, EC 4 e EC 5: **diz a** presidente, diz, **defende o** presidente, **diz, diz** frisam que a fala apresentada

não é do enunciador 1, ele se utiliza delas para formar seu enunciado ao mesmo tempo em que não se compromete com a verdade da proposição.

Percebe-se com tal artifício do enunciador 1, aquele que é de fato o autor e selecionador da enunciação, o que permite ou não a entrada de outras vozes na constituição de seu ato de fala, a autorização concedida com propósitos enunciativos para ampliar a probabilidade de certeza, sem inserir-se diretamente enquanto detentor de uma verdade. Entretanto, o falante, compromete-se com o enunciado que profere, ele traz outros falantes para embasar o que profere, para ampliar o grau de validação do enunciado.

O fato de tecer comentários antes ou depois das falas que traz para seu discurso mostra que o falante principal do ato de enunciação assalta o turno do outro no momento oportuno da enunciação. Os turnos linguísticos são mediados pelo enunciador 1 e ele não apresenta vozes cujos pensamentos sejam destoantes daquilo que o texto tem como tema e do posicionamento que de certa forma tende para um visão crítica sobre as verbas destinadas à educação. Assim sendo, a presença de outras vozes, de especialistas no assunto, de profissionais que trabalham na área educacional mediada pelo enunciador 1 embasa o enunciado globalmente mesmo que sirva para distanciar o mesmo do valor de verdade sobre o tema abordado.

Os termos em negrito nos enunciados selecionados já apresentados: [EC 1> **querem**]; [EC 3> **se trata de ter**]; [EC 4> **conseguem pagar**]; [EC 4> **precisa**]; [EC 4> **só vai ter**]; [EC 4> **se houver**]; [EC 5> **já existe**] e [EC 5> **pode utilizar**], cada qual em seu contexto enunciativo apresentam características explicitamente epistêmicas. O verbo *querer* em contraposição com *poder* traz à tona a contrapartida enunciativa. Em **Querem** educação da Finlândia com orçamento do Sudão fica implícito que não podem ter educação de qualidade se não disponibilizam verbas para tal, no sentido de ‘eu querer’ não é poder. Isto significa que certamente não há possibilidade de atingir uma boa educação sem orçamento.

Em **se trata de ter** papéis mais claros... o verbo **ter** expressa uma ideia de crença pessoal sobre aquilo que o próprio falante enuncia. Cada ente federado **deve ter** papéis claros. Em Têm municípios que **conseguem pagar**... ‘conseguem’ aproxima-se do valor de *poder* e *ter* no sentido de que os municípios podem pagar,

tem como pagar, o que evidencia o caráter de certeza do enunciado. Não se trata de uma crença, mas de uma assertiva quanto a possibilidade que alguns municípios tem de conseguir pagar o piso salarial.

Em e tem município que, **claro**, **precisa** de dinheiro, não há comprometimento absoluto com a verdade expressa enunciativamente, porém, o enunciador assume o comprometimento com o que enuncia em sua fala. O verbo **precisa** não torna a informação precisa, isto é, oferece mais uma probabilidade, uma necessidade de dever ter dinheiro, do que propriamente um comprometimento com o que é exposto no enunciado.

A palavra **claro**, adjetivo que antecede o verbo **precisa**, realça a certeza do que o enunciado apresenta, mas não chega a tornar o falante responsável pelo dito. Em E só **vai ter** eficácia **se houver** aporte do governo federal para estados e municípios a locução verbal **vai ter** é antecedida por **só** trazendo deste modo uma dependência para a efetivação do que é apregoado. Neste enunciado percebe-se uma certa avaliação da realidade, haja vista que o termo **só** agregado à locução verbal avalia como certo o fato de que a eficácia do pagamento do piso nacional é dependente da ajuda do governo federal. **Se houver** relaciona-se a ter, se tiver aporte, e assim como **precisa** não assume responsabilidade pelo dito, mas comprometimento pelo que expõe seu enunciado.

Em **já existe** uma série de acordos o verbo **existir** antecedido de **já**, que torna o enunciado mais próximo da ideia de notoriedade quanto ao fato de ser algo facilmente verificável, expressa pelo falante apresenta uma verdade. A **existência** de acordos é reforçada pelo termo **já**, um advérbio, que assenta-se no eixo do saber. O fato de que existem acordos, já é certo, sabido, mais próximo do certo que do possível. Em O MEC **pode utilizar** mais o FNE o verbo **poder** enquanto possibilidade, assenta-se no eixo do saber, ou seja, sabe-se que é possível que o MEC utilize mais o FNE, ao mesmo tempo que é quase um conselho, esse enunciado apresenta a probabilidade de o MEC utilizar próxima do eixo do possível.

Nos EC seguintes, oriundos do TEXTO 2, pode-se perceber um maior comprometimento do falante com relação ao que manifesta em seu enunciado. Nota-se uma maior marcação do enunciador que não traz a fala de outro para si,

mas a partir do que trouxe antes para se ato enunciativo insere-se no que foi dito e avança rumo ao que é possível de acontecer.

[EC 6> Posicionamento Público - Uma pátria educadora **deve tirar o PNE do papel: os primeiros prazos do plano já estão sendo descumpridos**];

Este EC, como o próprio nome indica é um posicionamento público sobre o PNE (Plano Nacional da Educação). Nele o falante assume explicitamente compromisso com o que diz. Não há uma possibilidade, ele parte de uma certeza: a de que os prazos estipulados estão sendo descumpridos. Ele valida o que diz através de elementos lexicais, como o termo **já** que torna o descumprimento dos planos evidenciado pelo próprio enunciado.

[EC 7> Sancionado sem vetos em 25 de junho de 2014, o PNE ainda não saiu do papel. Na prática, após um ano de vigência da Lei, **nenhum dispositivo do plano foi satisfatoriamente cumprido** – em que pesem os esforços e as cobranças da sociedade civil, dos trabalhadores em educação, estudantes, familiares, conselheiros e gestores educacionais];

O falante faz uma afirmação categórica e cautelosa sobre uma asseveração. Primeiro utiliza o termo **nenhum**, pronome indicativo, para tornar mais notória a informação de que os dispositivos não foram cumpridos ao mesmo tempo em que modaliza o termo que complementa o verbo. Se ele dissesse que nenhum plano havia sido cumprido, afirmaria sem dar margem a outras interpretações, mas ele acrescenta o termo **satisfatoriamente**, para evidenciar, não a feita ou o cumprimento, mas o fato de não ter atendido às expectativas dos sujeitos envolvidos.

Percebe-se nesses enunciados que o falante, ao contrário do que caracteriza o Texto I, tende a construir seus enunciados de modo mais comprometido e, conforme Dall'Aglio-Hattnhe (1996) expressa suas atitudes em relação a seu ato de fala. Nos enunciados percebe-se o uso de meios linguísticos rumo à concordância do falante quanto ao enunciado que profere.

[EC 8> Preocupados com a baixa capacidade governamental de executar o PNE, representantes do Ministério da Educação **têm divulgado** nas últimas semanas que **o Governo Federal lançará uma série de medidas** no próximo dia 24 de junho – dia em que vence o primeiro ano do plano. Basicamente, elas se resumem à criação

de comissões e distribuição de documentos conceituais que congregam propostas.

Embora sejam medidas necessárias, são gravemente tardias];

Nestes EC observa-se um maior distanciamento do falante quanto à apregoação de uma afirmação segura, evidenciada pelo verbo **Têm** acrescido de **divulgado**. Do modo como aparece colocado no EC, este verbo não traz garantia, muito pelo contrário, ele levanta uma dúvida quanto à possibilidade de o que está sendo divulgado e o que é provável de acontecer. Há uma dependência daquilo que é enunciado com relação ao que pode ser realizável, no fato de que **o Governo Federal lançará uma serie de medidas**, existe a chance, mas esta chance é questionada, pois a data do lançamento da série de medidas é a mesma em que o prazo para que outras medidas anteriores, não cumpridas satisfatoriamente, deveriam ter sido cumpridas.

O falante ao utilizar o termo **Embora** antes do verbo **Sejam** acaba por trazer-se de volta à cena que propicia considerar este EC como tipicamente epistêmico, pois ele se compromete com o que diz, amplia o que foi dito anteriormente com sua crítica de que tais medidas vem **gravemente tardias**. Não é que as medidas possam ser gravemente tardias, não se trata de uma possibilidade, o falante tem isso como certo, crer que elas sejam tardias de fato.

[EC 9> **É preciso ficar claro** que regulamentar e cumprir dispositivos de uma Lei, especialmente de um plano, **não pode ser uma tarefa burocrática**, circunscrita a gabinetes e reuniões entre pares, quando muito ampliadas com a participação de alguns atores];

O termo **É preciso ficar claro**, expressa uma necessidade, a de que o cumprimento dos dispositivos legais sejam regulamentadas e cumpridas. O termo **não pode ser uma tarefa burocrática** carrega consigo, pela presença do verbo **pode** que apregoa a toda a parte que compõe um caráter de certeza sobre o que é defendido. O falante acaba por tabela tanto criticando o fato de os dispositivos legais não serem cumpridos quanto levantando a possibilidade de que eles podem vir a serem cumpridos dentro de um mundo de possibilidades que tanto permitem que algo não seja cumprido quanto que o mesmo o seja.

[EC 10> Ademais, **é preciso que se compreenda** que toda e qualquer medida do PNE – seja uma meta, estratégia ou demanda definida nos artigos da Lei – **depende**

da realização de outra. É uma Lei totalmente encadeada, que **precisa ser cumprida** degrau a degrau. Ou seja, o sucesso do Plano Nacional de Educação **depende da implementação** satisfatória de cada um de seus dispositivos]

Em EC 10 pode-se perceber que **é preciso que se compreenda**, por mais que tente se distanciar através do enunciado com o termo **se** acaba por trair a premissa de distanciamento pelo paradoxo de ao mesmo tempo em que se distancia e também se compromete. O que evidencia a presença da modalidade epistêmica. Nos termos negritados deste EC há a certeza de que deve-se compreender. O termo **depende da realização de outra** traz o verbo **depende** pra defender que uma medida necessita, depende de outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde ser verificado pela análise acima exposta algumas características. A tendência das construções enunciativas do texto I é um comprometimento menor com o valor de verdade da proposição, ou seja, o enunciador prefere construir o enunciado amparando-se na natureza predicativa. Mostra-se menos comprometido em inserir-se enunciativamente enquanto que no Texto II a verdade da proposição é expressa de modo gradativamente maior nos enunciados extraídos desse texto. Neles há uma tendência mais proposicional na constituição enunciativa.

Os resultados parciais deste trabalho indicam que a crença e o saber manifestos enunciativamente no texto analisado evidenciam a modalidade epistêmica do *corpus*, bem como sua constituição imbricada naquilo que o falante tem como crença e tenta passar para seu interlocutor como verdade evidente através dos enunciados que profere. Em termos de constituintes, embora não se tenha focado no caráter quantitativo dos resultados, pode-se perceber que o caráter de crença é muito mais frequente enquanto constituinte da modalidade epistêmica nos dois textos analisados.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa. **Tempo, aspecto e modalidade**: estudos de Linguística Portuguesa. Porto-Portugal: Porto editora, 1997.

CERVONI, Jean. A enunciação. Cap. 3: **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Sueli. **Entre o deôntico e o epistêmico**: o caráter camaleônico do verbo modal 'poder'. Revista Letra Magna Revista Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009. <http://www.letramagna.com/deonticoepistemico.pdf>. Acesso em 08/06/2015.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. **Uma análise funcional da modalidade epistêmica**. São Paulo: Alfa. 40: 151-173, 1996.

GUIRADELLI, Lisângela A. SANTOS, Aparecida Cássia Oliveira dos. **A modalidade deôntica nas bulas de remédios**. 2010. (págs. 47-64). dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4039269.pdf. Acesso em: 08/06/2015.

NEVES, Janete dos Santos Bessa. **Corre voz no jornalismo do início do século XIX**: Estudo semântico-enunciativo do Correio Brasiliense e da Gazeta de Lisboa. Cap. 6. Jundiaí-SP: Paço Imperial, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 150-219.